

Sobre a necessidade de morrer (MATÊUS CARDOSO e WELLINGTON AMORIM)

Diante do medo e o despreparo para a morte, que acomete sobretudo as culturas ocidentais, Heidegger afirma que é preciso viver. A angústia do medo da finitude também pode vir de uma existência superficial e massificada

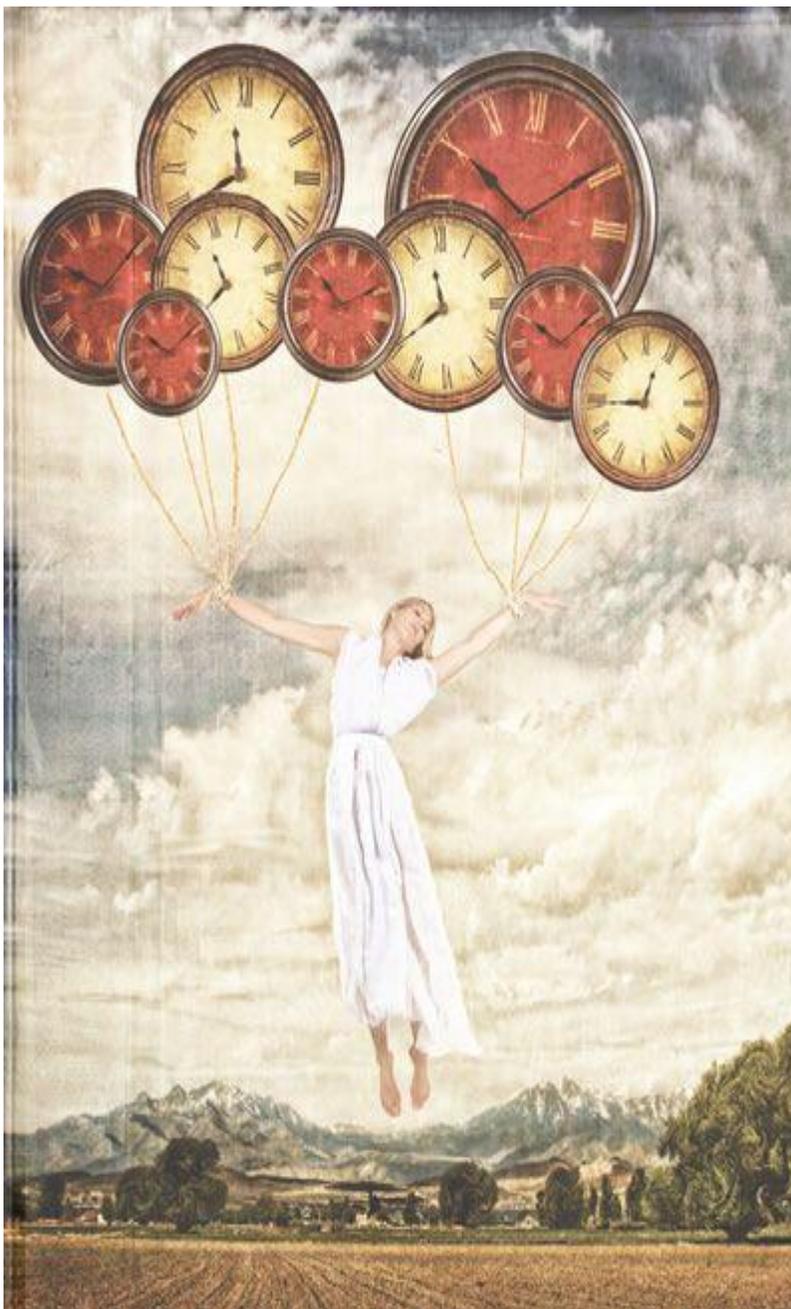
INDEPENDENTE da crença, todos vamos morrer. Esse é um evento tão comum quanto o fato de nascer, crescer, ter filhos... Porém, tal assunto causa espanto, e a morte passa a ser vista como uma desgraça; mas morrer é um evento natural e, acima de tudo, necessário: morrer é tão importante quanto nascer.

A morte nos causa tanto medo e angústia que é mais cômodo não entrar em contato com ela. O objetivo deste artigo é apresentar a ideia de morte como necessidade para a vida, um elemento que não é antagônico. É comum percebermos que os indivíduos procuram, ao máximo, afastarem-se da morte, principalmente nas sociedades ocidentais, pois o que mais é valorizado em tais sociedades é a superficialidade e o narcisismo. É necessário, também, analisar a morte enquanto direito de morrer, bem como a sua beleza e seu potencial singularizador numa sociedade de massa.

O MEDO DA MORTE

De acordo com a interpretação de Sigmund Freud (1856-1939), na Mitologia grega, a morte aparece como elemento contrário à integração. Essa força, chamada morte, representada por Tanatos, alimentaria os desejos destrutivos. Mas, quando operando ao lado da vida, geraria o equilíbrio. O medo da morte está em contextos antigos, como na perspectiva mítica bíblica, segundo Norbert Elias (1897-1990): "No paraíso, Adão e Eva eram imortais. Deus os condenou a morrer porque Adão, o homem, violou o mandamento do pai divino. O sentimento de que a morte é uma punição (...) desempenhou papel considerável no medo humano da morte por um longo tempo".¹ A limitada duração de nossa existência nos força a viver para encarar a morte como um fato, habituando-nos a ela. Afinal, ela é um problema genuinamente humano, que leva os indivíduos a se protegerem da aniquilação.

Contudo, o problema não é a morte em si, mas como nos deparamos com ela, a maneira como a conhecemos: a consciência sobre a morte foi diminuindo com o passar dos séculos. Isso se deve, também, ao fato de que houve um aumento na expectativa de vida dos indivíduos, o que mostra um aumento de segurança, conseqüentemente um desvio da reflexão sobre a finitude humana. "O espetáculo da morte não é mais corriqueiro. Ficou mais fácil esquecer a morte no curso normal da vida".² Isso não significa que não ocorra tal evento, mas, que o mesmo não recebe a atenção que lhe é própria, especialmente numa sociedade narcísica, como a contemporânea.





A SOCIEDADE ATUAL ESTIMULA A CULTURA DO NARCISISMO, EXISTE UMA ESPÉCIE DE CRENÇA, QUASE QUE INABALÁVEL EM NOSSA SUPOSTA IMORTALIDADE

A MORTE NA CULTURA DO NARCISISMO

A sociedade atual estimula a cultura do narcisismo, de tal maneira que existe uma espécie de crença, quase que inabalável, em nossa suposta imortalidade. Daí surge a necessidade de permanecer, em que morrer representa um desastre. As exigências do sucesso provocam enormes desgastes, levando as pessoas a se sentirem obrigadas a atingir objetivos idealizados e a ter que ultrapassar a todo custo suas limitações, indo além do que podem. Conseqüentemente, isso gera uma supervalorização da vida, de tal maneira que, surge a ilusão da beleza eterna e da jovialidade, próprios da sociedade atual.

Christopher Lasch (1932-1994) é considerado um grande crítico do modelo de vida próprio das sociedades industriais. E é na sua obra, *A cultura do narcisismo*, que demonstra sua crítica à nossa sociedade. Nessa obra, ele argumenta que existe, de certa maneira, um desinteresse pelo mundo exterior, exceto à medida que ele serve como fonte de gratificação. Temos, então, uma busca de autoidentidade, em uma espécie de narcisismo. Para Lasch, o narcisista representa a dimensão psicológica dessa dependência. Não obstante, em suas ocasionais ilusões de onipotência, o narcisista depende de outros para validar sua autoestima. Ele não consegue viver sem uma plateia. Essa análise nos indica que vivemos em tempos nos quais nossa individualidade depende da aprovação dos outros, nosso mundo interior não tem tanto prestígio: "Porque o temor de amadurecer e de ficar velho persegue nossa sociedade; porque as relações pessoais se tornaram tão instáveis e precárias; e porque a vida interior não mais oferece qualquer refúgio para os perigos que nos envolvem".³

Para o autor, o que caracteriza tal comportamento seria a superficialidade emocional, uma pseudoauto percepção, assim como o horror à velhice e à morte, restando uma preocupação com a sobrevivência de si.

Na verdade, a preocupação com que o outro possa sobreviver consiste apenas no "eu" que precisa ser reconhecido e ter sua existência garantida. Ora, não que não seja importante a preocupação consigo, mas o que se analisa é a demasiada busca de autopreservação em detrimento do que ocorre fora do próprio círculo. Nesse sentido, o que temos é um projeto de transformação da sociedade que visa ao particular, uma busca de razões políticas que não se encontram em valores universais, mas interesses que satisfaçam o prazer do indivíduo.



Hipnos é a personificação do sono enquanto seu irmão gêmeo Tanatos, o da morte. Ambos habitavam o território de Hades, no mundo subterrâneo



NA OBRA de Markus Zusak (1975) intitulada *A menina que roubava livros*, romance narrado durante a Segunda Guerra Mundial, a morte é vista como companheira. Em meio a tanto sofrimento, a morte é personalizada como uma amiga para aliviar o peso da desgraça. Ela se encarrega de carregar no colo as almas quentes, na frieza e no desespero da guerra



O mito grego de Narciso serviu como base de diversas teorias no decorrer da História. O narcisismo é símbolo da vaidade, do individualismo e da insensibilidade

olhar no resultado das recentes mudanças no âmbito da sociedade. Dessa maneira, o modo de vida atual é um auxílio para fazer surgir novos “filhos narcisistas”; outro fator impulsionante é a mídia, que, por meio do bombardeamento de propagandas que incentivam a sobrevivência, realiza tudo isso, potencializando os sonhos narcisistas, sendo eles os sonhos de fama, sonhos de glória, voltando cada vez mais o olhar para o alto, para as estrelas, para um mundo livre da maldição da contingência, fugindo cada vez mais da realidade, finita e mortal.

Negação da morte

Somos uma sociedade que a todo o momento nega a morte, evita pensar no fracasso de nossa existência. Mas as obras literárias nos defrontam com nossa tentativa de negação e do fracasso desse projeto existencial. Temos como exemplo a obra ficcional *Dr. Frankenstein*, que é uma grande metáfora para uma reflexão sobre a condição do homem no mundo e a inconveniência da consciência para a nossa existência. Cabe lembrar que os homens existem e possuem a consciência de existir, por isso percebem o real significado da palavra “solidão”. Quando existimos, somos invadidos por sentimentos até então desconhecidos, como medo, tristeza, solidão e desespero. Somos lançados ao mundo após a nossa criação, sem desculpas, sem muletas. Então, juramos nos vingar do nosso criador e de todos ao seu redor. Quando uma pessoa toma consciência de si mesma, surgem perguntas que não possuem respostas. Não existe diferença se você vive em uma casa cheia de pessoas ou em alguma geleira do Ártico, a sensação é sempre a mesma. Mas, ao matarmos nosso criador, passamos a reformular essas questões. Na obra de Mary Shelley, o monstro encontra por acaso dois livros, *Os sofrimentos do jovem Werther* e *o Paraíso perdido*: “Mal posso descrever-lhe, Frankenstein, o efeito de tais livros. Apresentavam-me uma infinidade de novas imagens e sentimentos que, por vezes, me elevavam ao êxtase, porém, com mais frequência, me lançavam na mais profunda depressão” (passagens retiradas do romance *Dr. Frankenstein*). No primeiro, ele encontrou uma luz sobre as suas próprias reflexões. *Os sofrimentos do jovem Werther* é um grande clássico da Literatura e pode ser considerado como um dos precursores do Romantismo alemão. O jovem Werther é dominado por uma paixão profunda, tempestuosa, que o levará a um destino trágico. O protagonista comete suicídio motivado por um amor platônico. É importante ressaltar que o século XIX é marcado pela supervalorização das paixões e dos sentimentos. A vida é compreendida como sendo de dor e sofrimento eterno, e somente a Arte, seja literária, arquitetônica, poética, ou a própria Música, é capaz de causar uma catarse, libertando o ser humano do sofrimento, mesmo que seja por alguns momentos. Já no outro livro, a criatura vê na figura de Satã um retrato pintado de si próprio. Na metáfora bíblica, Satã é aquele que quer possuir o conhecimento absoluto e, assim, luta contra Deus, sendo expulso do paraíso. Mais tarde seduz o homem, levando-o a comer da árvore da Ciência e do conhecimento, condenando-o por ter adquirido consciência e capacidade de reflexão. Sendo assim, a saga humana é uma odisséia de um peregrino que tenta retornar ao paraíso perdido, ao eterno presente, à inconsciência de sua finitude, e tenta em vão, através da Ciência, encontrar um meio para esse feliz retorno: “Insensível criador! Dotara-me de um cérebro e um coração, de percepções e paixões, e me deixara ao léu, alvo do escárnio e da perseguição da humanidade”.

O PODER INDIVIDUALIZADOR DA MORTE NUMA SOCIEDADE DE MASSA

Ao analisarmos a morte na Antiguidade greco-romana, percebemos sua função e lugar, e lá o direito de morrer é reconhecido. Tal direito é que permitia aos enfermos desesperançados findar a própria vida. Havia uma relação próxima entre a vida e a morte.

Ao refletirmos sobre a palavra "paganismo" encontramos sua derivação na palavra *pagus*, que significava o pedaço de terra onde se plantava. Na Antiguidade greco-romana, cada *pagus* possuía algo de sagrado, um espírito que estava governando o espaço de terra. Tal espírito era concebido como sendo de um ancestral da família que ali estava sepultado. Assim, o enterro dos indivíduos amados tornava a terra sagrada, o húmus era devolvido para o local de onde retornara. O corpo morto, sagrado, tornava à terra sagrada. Nesse sentido, no paganismo, havia uma supervalorização da morte.

Entretanto, com o surgimento do Cristianismo, a morte passa a ser substituída pela vida. No paganismo havia o direito de morrer, já com a religião cristã surge a sacralidade da vida, pois a vida é concebida como um dom de Deus e, por isso, deve ser preservada. Essa visão cristã ganha ênfase com a Modernidade, de tal maneira que a vida deve ser privilegiada em detrimento da morte. Com o advento da Modernidade, sob a guisa do pensamento do filósofo René Descartes (1596-1650) e de Francis Bacon (1561-1626), o ser humano vive um momento no qual se percebe capaz de realizar uma dominação de tudo aquilo que está ao seu redor, controlando os fenômenos da natureza. O mundo é visto "nu", sem Deus, e o ser humano, nessa perspectiva, não vê mais o universo circundante como dominado por forças impessoais.

"Significa principalmente, portanto, que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos, como fazia o selvagem, para quem esses poderes misteriosos existiam. Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço."⁶



Na Antiguidade Clássica, a vida e a morte estavam intimamente ligadas, essa relação só foi modificada a partir da Idade Moderna

progrediu, mas desencantou o mundo.

A partir da Modernidade, percebe-se o início do abandono da morte, que ganha ênfase na Contemporaneidade. Agora, o ser humano cada vez mais se torna incapaz de olhar a morte. Para ampliar esse argumento, pensemos no conceito de *divertissement* do filósofo Blaise Pascal (1623-1662). Esse conceito não significa apenas distração, ou divertimento. Mas, dado que o ser humano não tem condições de enfrentar a sua mortalidade, escapando de encarar a morte, lança-se no entretenimento de maneira a não pensar na sua finitude, porque o ser humano é constituído de uma miséria ontológica que o insere em uma consciência trágica sobre a própria vida. Para boa parte dos seres humanos, é extremamente difícil encarar essa realidade miserável, então preferem desviar toda a sua atenção desses questionamentos e, para fazê-lo, procuram, então, o divertimento. Segundo François Muriac (1885-1970), comentarista de Pascal, "o homem, por mais cheio de tristeza que se encontre, se, por ventura, entrar num divertimento, será feliz durante esse tempo; e o homem mais feliz, se não estiver se divertindo e se entretendo com alguma paixão ou com alguma distração que impeça de se espalhar o tédio, ficará logo triste e infeliz. Sem divertimento não há alegria, com divertimento não há tristeza. E o que forma a felicidade das pessoas de grande condição é que têm uma porção de gente para diverti-las, e o poder de se manterem nesse estado".⁷



Em nossa sociedade, a velhice, inevitavelmente, é caracterizada com atributos negativos

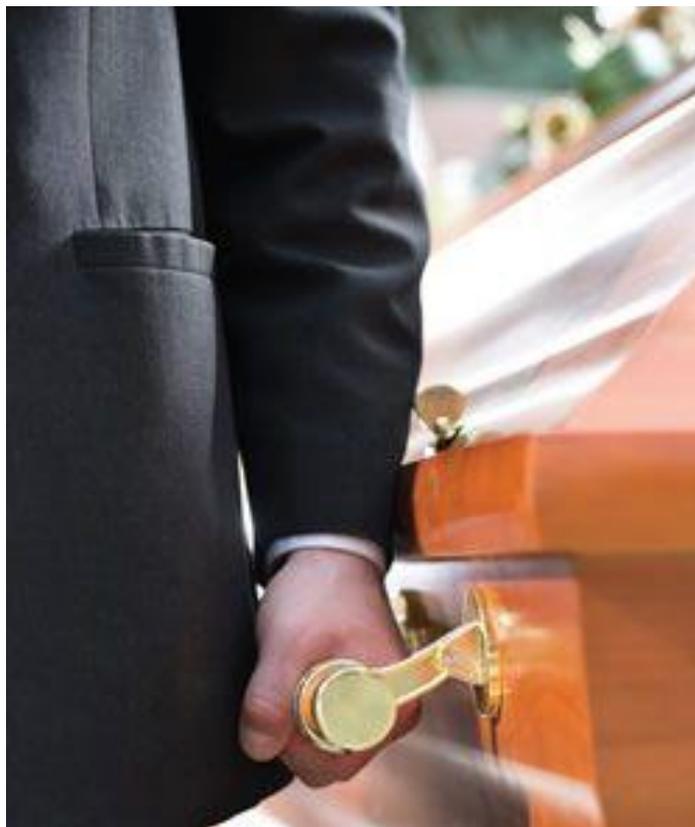
Assim, o véu de mistério que cobria a realidade é retirado. Pois, segundo Max Weber (1864-1920), o saber científico avança sem confiar em qualquer valor misterioso, transcendente, uma vez que tudo pode ser dominado pelo cálculo e, assim, a Ciência liberta a humanidade de qualquer elemento religioso.

Weber chega a dizer que o desencantamento do mundo é uma característica de nossos tempos, no qual as ideias religiosas se retiraram da vida pública. E esse é um ponto importante, sendo que Weber não diz que o intelectualismo elimina a religião, embora possa corroer a imagem que ela fornece à realidade. Se, por um lado, o ponto de partida da história da humanidade é um mundo povoado de sagrado, de mistérios que são respeitados, mas não explicados, o ponto de chegada é uma humanidade moderna que afirma ter a capacidade de explicar com a Ciência, acima de tudo com a razão, a compreensão do mundo que está a sua volta. A realidade é encaixada no intelecto humano (ou ao menos é isso que se tenta), e todo o resto é deixado de lado. O ser humano se desenvolveu,

Segundo o historiador francês Philippe Áries (1914-1984), o ser humano ocidental afastou e expulsou a morte de seu cotidiano. A morte passa a ser reprimida e proibida dos nossos dias, pois ela é percebida como algo extraordinário; sob tal perspectiva, a morte não é normal e deve ser evitada. Ao analisar o contexto contemporâneo, não é difícil constatar que a morte está presente em nosso dia a dia, nos noticiários, nos filmes, etc. E aí se coloca a questão: por que algo tão natural nos causa tanto espanto? De um lado, o fenômeno da morte é banalizado, escondido, mas, por outro lado, é um desconcertante mistério, não é comparável a outro fato, é único e desmedido.

Entretanto, há aqueles que preferem se esconder na multidão como se fosse possível fugir da finitude. Essa fuga ocorre em meio a uma espécie de degradação cultural gerada pelo nivelamento simplista das qualidades humanas. Pesa sobre nós a "ditadura da massificação", na qual a existência individual se dilui na coletividade. Obviamente que a interpretação de igualdade a todos não teve sua eficácia para a vida em sociedade, uma vez que não há como tratar os indivíduos de forma igualitária em um mundo constituído por diferenças, seja no âmbito psicológico, social, filosófico, etc. Um dos principais filósofos a discutir esse problema é Ortega y Gasset (1883-1955), criador do conceito de homem-massa. Para ele, "de repente a multidão tornou-se visível, instalou-se nos lugares preferenciais da sociedade. Antes, se existia, passava despercebida. Ocupava o fundo do cenário social; agora, antecipou-se às baterias, tornou-se o personagem principal. Já não há protagonistas, só coro".⁸ Entretanto, a definição do homem-massa não está ligada somente a parâmetros sociais, econômicos de maneira específica, mas pela falta de

critérios seletivos, pela falta de espírito avaliativo e isento de sensibilidade cultural, medindo sua existência por parâmetros quantitativos da ganância, aliado à redução do gosto cultural. Assim, tal indivíduo se contenta com pouco, com a vida simplista, imediatista e sem grandes ideais. Para esse pensador, "massa é todo aquele que não atribui a si mesmo um valor – bom ou mal – por razões especiais, mas, que se sente como todo "mundo" e, certamente, não se angustia com isso, sente-se bem por ser idêntico aos demais".⁹

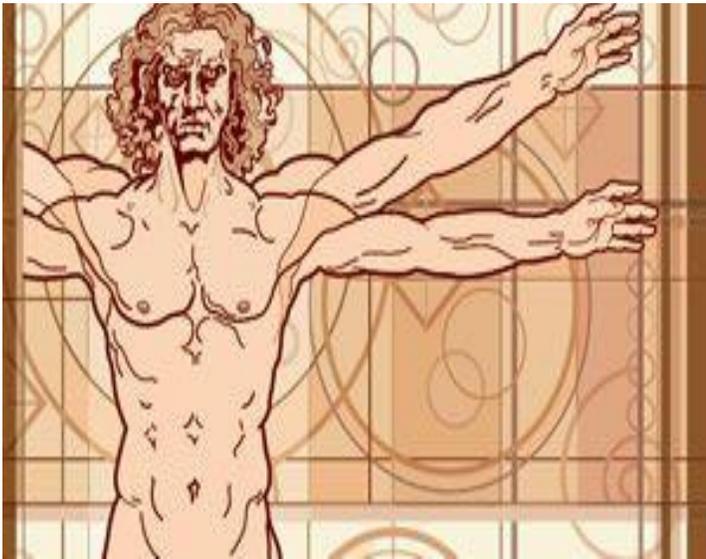


A partir do século XX, a morte deixa de ser "familiar", "doméstica" e passa a ser um "tabu", algo de que o homem Pós-moderno tenta fugir a todo custo



PENSAR SOBRE A MORTE CAUSA CONFRONTOS COM SUA REALIDADE MAIS PROFUNDA, POIS A MORTE TEM POTENCIAL SINGULARIZADOR, ESPECIALMENTE NUMA SOCIEDADE DE MASSA

A recusa de discussões sobre a morte caminha nessa direção, pois, ao aproximar-se da morte cada um necessitará se confrontar consigo, com sua realidade mais profunda, porque a morte tem potencial singularizador, especialmente numa sociedade de massa, no qual, muitas vezes, parece que o coletivo se sobrepõe aos aspectos individuais. Assim, a experiência da morte pode levar o ser humano a se perceber como único, possibilidade que muitos temem, preferindo a moral do rebanho. Para o filósofo Martin Heidegger (1889- 1976), é por meio da angústia diante da morte que o indivíduo se transforma de maneira radical, fazendo surgir sua autenticidade. Enquanto o indivíduo se angustia, ele se destaca, singulariza-se, pois só ele pode ser o que ele é diante da morte. Na morte, sua existência se torna autêntica, e essa aceitação da aproximação da nadação implica olhar de frente o não-ser. A autenticidade surge a partir da consciência da finitude humana, observando a morte como possibilidade da impossibilidade na existência. Dessa maneira, pode-se projetar e edificar uma existência a partir da superação do não-ser.



A Ciência, na Idade Moderna, surge como eminentemente ativa em contraposição à Ciência antiga que era contemplativa

O ainda-não da imaturidade não significa uma coisa exterior à qual, indiferentemente ao fruto, poderia ser simplesmente dada nele ou com ele. O ainda-não indica o próprio fruto em seu modo específico de ser.¹¹

Heidegger, deixa mais claro, ao dizer que "o ainda-não já está incluído em seu próprio ser, não como uma determinação arbitrária, mas como um constitutivo. Analogamente, a presença enquanto ela é, já é seu ainda-não".¹² Para Heidegger a morte plenifica a existência. Tal existência, que é propriedade humana, implica uma abertura para a morte, caso contrário, teremos uma existência inautêntica (*uneigentlich*), possuindo uma vida superficial, encobrendo o ser. Esse esquecimento do ser ocorre de maneira mais clara no século XX; segundo Heidegger, o *Dasein* é um ser imerso na sua existência, um ser no mundo (*in-der-welt-sein*) e tal estrutura ontológica implica a inseparabilidade do ser humano e do mundo. Por isso o ser humano não se encontra simplesmente no mundo, coisificado, como um ente dado. Antes, mora nele, habita e existe no mundo.



NO MOMENTO que o ser humano passa a ser senhor da natureza, caracterizado pelo desencantamento do mundo, como diria Max Weber, e acima de tudo por uma humanidade racionalizada, busca agir sem qualquer resíduo que venha de concepções misteriosas e incalculáveis

Uma interpretação errada da morte gera medo porque essa ligação seria desfeita de maneira paralisante, especialmente numa sociedade em que o convívio é pautado pelo afastamento do ser, e a noção de vivência é caracterizada pela ditadura da impessoalidade. A massificação do convívio dilui o eu, e a morte é o resgate que ninguém quer perceber, pois a morte é uma possibilidade de descoberta. Descoberta que petrifica o ser humano, pois o medo humano não é endereçado a algo objetivo; o que se teme, na verdade, é o próprio ser humano. Coisificamo-nos na vida e escondemo-nos nas coisas, esperando delas uma espécie de redenção, esperando que os entes façam por nós algo que somente nós podemos fazer. Massificamos nossos sonhos na esperança de que ao adquirir objetos nos eternizemos, garantindo um minuto a mais de vida. Enfim, nós nos diluímos no todo para que a morte não nos encontre. Mas, oras, nós fomos feitos para a morte!

MORRER, UM TABU

O mundo ocidental levou a compreensão da morte a um tabu, que deve ser afastado das crianças, levado para longe das conversas, bem como tudo aquilo que seja traço característico dos passos que antecedem a morte, como a enfermidade, a velhice. Então, o medo diante da própria finitude se transforma em pânico. Por isso os rituais de morte fazem parte das sociedades, através deles se consegue “digerir” o impacto realizado pela não existência de alguém. Nós nos tornamos mais humanos quando percebemos que vamos morrer. Essa consciência finita da morte repercute na vida. Vivemos para morrer. Porque a morte vem nos perguntar sobre o sentido da nossa existência e nos retirar da inércia do silêncio de não pensarmos nossa própria condição.

A morte não deveria ser vista como uma surpresa, mas como uma possibilidade sempre presente em nosso cotidiano, uma vez que ela ocorre dentro do mundo, ela vem ao nosso encontro e nós vamos ao encontro dela. Todavia, a impessoalidade não irá retirar essa condição, não falar da morte não faz você mais imortal, não o deixa menos atingido pela morte.

Uma reflexão sobre a morte realiza uma pausa na nossa trajetória. Com isso, vemos a morte como uma necessidade existencial, ela nos capacita para irmos além do que somos. Quem sabe teríamos na morte mais humanidade, e não tanto uma espécie de castigo divino, ela seria amiga, próxima, necessária. Assim, humanizaríamos a morte, ela seria nossa, nossa necessidade. A morte é uma proteção que desprotege. Tão necessária, tão humana, tão nossa.



A sociedade contemporânea está vivenciando a “cultura de massificação”, na qual todo o destaque pessoal parece diluído

¹ ELIAS, 2001, p. 17

² ELIAS, 2001, p. 11

³ LASCH, 1983, p. 77

⁴ LASCH, 1983, p. 77

⁵ LASCH, 1983, p. 75

⁶ WEBER, 1982, p. 165

⁷ MURIAC, 1975, p. 72

⁸ ORTEGA Y GASSET, 2002, p. 43

⁹ ORTEGA Y GASSET, 2002, p. 45

¹⁰ HEIDEGGER, 2005, p. 35

¹¹ HEIDEGGER, 2005, p. 24

¹² HEIDEGGER, 2005, p. 25

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **Sobre a história da morte no Ocidente:** desde a Idade Média. Trad. Pedro Jordão. 2. ed. Lisboa: Editorial Teorema, 1989.

_____. **O homem diante da morte.** Trad. Luiza Ribeiro. 2. ed., v. 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

_____. **O homem perante a morte.** Trad. Ana Rabaça. 2ª edição, v. 1. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

CALLIGARIS, C. **Crônicas do individualismo cotidiano.** São Paulo: Ática, 1996.

DUBOIS, C. **Heidegger:** introdução a uma leitura. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo:** a vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

_____. **O mínimo eu:** sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MURIAC, F. **O pensamento vivo de Pascal.** São Paulo: Martins, 1975.

PASCAL, B. **Pensamentos.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo.** Parte II. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Ser e tempo.** Parte II. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas.** Trad. de Marylene Pinto Michel. São Paulo: Martin Fontes, 2002.

SELL, C. E. **Sociologia clássica.** Itajaí: Edifurb, 2002.

WEBER, M. **A ciência como vocação.** In: **Ensaio de Sociologia.** 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MATÉUS RAMOS CARDOSO é especialista em estética pela faculdade do noroeste de Minas e pós-graduado em ciência da religião pela Universidade Cândido Mendes. É, também, professor de Filosofia na Escola Técnica do Vale do Itajaí. **WELLINGTON LIMA AMORIM** é Doutor em Ciências Humanas e Professor da Universidade Federal do Maranhão. **Revista FILOSOFIA, Outubro de 2013.**

Neurônios a salvo (CILENE PEREIRA)

Em feito histórico, pesquisadores ingleses criam substância que impede a morte das células nervosas. A façanha poderá levar à cura de doenças como Alzheimer e Parkinson



ESPERANÇA - Líder da pesquisa, Giovanna Mallucci está otimista. Acha que será possível criar um remédio que funcione em humanos, sem efeitos colaterais.

Cientistas ingleses anunciaram na semana passada uma vitória que ficará registrada na história da medicina. A equipe liderada pela pesquisadora Giovanna Mallucci, do conselho de pesquisa médica da unidade de toxicologia da Universidade de Leicester, criou um composto capaz de impedir, em cobaias, a morte de neurônios. O feito abre a perspectiva de cura para diversas doenças causadas justamente pela destruição do tecido neuronal, como o Alzheimer, o Parkinson e a doença de Huntington. A experiência que levou à criação do composto foi publicada na última edição do jornal científico "Science Translational Medicine", um dos mais respeitados do mundo.

A substância atua sobre um mecanismo associado à morte das células nervosas e que, nos últimos anos, vinha sendo alvo de estudo intenso por parte dos cientistas ingleses. Doenças como o Alzheimer e o Parkinson apresentam, entre outras características, o fato de serem provocadas pela fabricação de proteínas disformes. A produção de moléculas diferentes do que era esperado leva o próprio cérebro a ativar um sistema de defesa para impedir que a atividade continue. O problema é que, ao fazer isso, o órgão também interrompe a geração de proteínas sem problemas e fundamentais para o funcionamento dos neurônios. A consequência é terrível: sem contar com proteínas vitais, as células nervosas acabam morrendo. Se o problema ocorre na área do cérebro responsável pela memória, por exemplo, esta será a função prejudicada – e é isso o que acontece no caso do Alzheimer. No Parkinson, o prejuízo costuma aparecer em regiões associadas ao controle motor, daí o surgimento de sintomas como tremores e dificuldade de equilíbrio.

DIRETO NO ALVO CONTRA O PARKINSON

Médicos do Frenchay Hospital, na Inglaterra, estão testando em portadores da doença de Parkinson a eficácia de um tratamento que libera diretamente no cérebro o GDNF, substância que protege os neurônios. O composto é levado até a região associada à enfermidade por meio de microcateteres implantados temporariamente. As infusões são feitas uma vez por mês. O método já havia sido testado anos atrás, mas com resultados discrepantes. Por essa razão, não entrou na rotina médica até hoje.

Os cientistas dirigidos pelo neurocirurgião Steven Gill, no entanto, continuaram as investigações e aperfeiçoaram a forma de infusão do GDNF. A nova versão já foi testada em seis pacientes. “Os resultados mostraram que o sistema de administração da droga é seguro”, disse Gill à ISTOÉ. A equipe se prepara agora para acompanhar outros 36 pacientes. Metade receberá o tratamento e o restante, placebo. A experiência levará nove meses. “Se for bem-sucedida, representará um passo significativo em direção à cura da doença”, acredita Gill.

No trabalho, os pesquisadores usaram cobaias com doença do príon – enfermidade neurodegenerativa cujo estudo, em animais, já apontou caminhos importantes para o entendimento do Alzheimer em humanos. Isso porque já se sabe que a morte neuronal nas duas doenças ocorre de forma semelhante.

Os cientistas descobriram que uma enzima (PERK) apresenta papel fundamental na ativação do mecanismo de defesa cerebral contra as proteínas disformes. A partir disso, desenvolveram um composto – administrado de forma oral – que impede sua fabricação. Os animais que não receberam a substância passaram a apresentar perda de memória e problemas para se movimentar. Ao final de 12 semanas, morreram. Os que tomaram o composto sobreviveram e não apresentaram nenhuma sequela neurológica. “É a primeira vez que uma substância dada a cobaias previne uma doença cerebral”, disse Giovanna Mallucci.

O êxito da experiência foi comemorado pela comunidade científica. “A pesquisa nos dá a primeira evidência de que uma substância com potencial real para se tornar um remédio é capaz de interromper a destruição progressiva de neurônios”, afirmou o pesquisador Roger Harris, diretor do departamento de química do King’s College London, em Londres. “Este achado será julgado pela história como o ponto de virada, um marco na procura por medicamentos que possam controlar e prevenir doenças como o Alzheimer.”

O consenso, porém, é o de que há muito mais a se pesquisar antes que o composto se torne um remédio disponível. Um dos obstáculos a serem superados, por exemplo, é encontrar uma maneira de evitar que ele produza, em humanos, os efeitos colaterais observados nas cobaias. O mais severo foi o dano ao pâncreas, o que levou à perda acentuada de peso e ao aparecimento de diabetes. No entanto, a cientista Giovanna está otimista. “Não acho impossível criarmos uma droga que proteja o cérebro sem causar esses efeitos colaterais”, afirmou. O time comandado por ela continua pesquisando: está testando, em animais, o desempenho da substância em outras doenças neurodegenerativas.



José Rocha

FUNCIONAMENTO GARANTIDO

Como os cientistas impediram a destruição neuronal



CILENE PEREIRA é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ISTO É, Outubro de 2013.**

Uma alma em agonia (LUIZ FELIPE PONDÉ)

OUTRO DIA, dirigindo pelo trânsito de São Paulo, ouvi uma música da Lana del Rey que me chamou atenção, pela ideia que nela se repetia: o medo sentido por uma mulher de ser abandonada por seu amado um dia, quando sua beleza e juventude acabassem e restasse apenas sua "aching soul" (sua alma em dor ou em agonia). Uma letra romântica banal, como todo clichê.

Mas quem em sã consciência negaria que essa mesma letra banal descreve a dor de todos nós, homens e mulheres que envelhecem e perdem a beleza dia após dia? Acredito mais nessa letra de música do que em inúmeros textos sofisticados sobre "relações entre sexo, afeto e poder". Cada dia que passa, temo pela irrelevância dos estudos acadêmicos das chamadas ciências humanas, devido ao que o intelectual americano Thomas Sowell chama de alienação da classe "ungida" que somos nós, os intelectuais.

Essa música seria facilmente acusada de repetir a "ideologia dominante" (para mim, esse conceito tem a mesma validade de dizer que algo acontece porque Saturno está na casa sete...) e de que esse medo é simplesmente "culpa" da opressão do conceito de beleza capitalista ou sexista. Pensar que cultura pop seja simples sintoma da "ideologia dominante" é ser incapaz de enxergar o óbvio.

A vida é clichê, por isso, temo, revistas femininas logo serão mais relevantes no debate sobre comportamento e afetos contemporâneos do que estudos acadêmicos. Seria essa, afinal, a vingança do jornalismo, muitas vezes menosprezado por nós, intelectuais, contra a soberba dos ungidos que nada entendem das agonias de carne e osso? Talvez a condição de escrever sob o gosto de sangue e de saliva que tem a trincheira da vida real dê às revistas femininas mais consistência do que as elaborações sem corpo dos especialistas em afetos.

O filósofo Francis Bacon (séculos 16-17) tirava sarro da "baixa escolástica" e suas questões sobre quem puxava o burro, quando se puxava um burro com uma corda, se era a pessoa ou a corda que puxava o burro... (risadas?). Penso que, em 500 anos, rirão de nós da mesma forma quando se diz hoje em dia que o medo de uma mulher (ou de um homem) de

ser abandonada é sintoma de "opressão social", e que pessoas emancipadas não sofrem com isso. O conceito de opressão virou um grande fetiche dos intelectuais.

Suponho que assim como os textos de Sade (considerado lixo no século 18) hoje são parte do cenário filosófico, em 500 anos as revistas femininas serão mais importantes para a compreensão do que pensamos hoje do que toda a parafernália de teorias sobre "relações de poder". Um adendo: vale salientar que Sade não ficou importante porque é o ancestral de toda teoria que relaciona sexo à perversão, mas sim porque ele relaciona sexo, afeto e a crueldade de nossa natureza humana e da natureza biológica como um todo. Talvez um dos maiores medos humanos e que move o mundo desde sempre seja justamente o medo de perder a beleza e a juventude, e se restará alguém ao nosso lado quando formos apenas uma alma em agonia. Já que as ciências humanas mentem, a esperança é que as revistas femininas falem a verdade que não quer calar: ao final, temos mesmo é medo de sermos feios e mal-amados.

Por fim, recomendo vivamente o livro "Não se Pode Amar e Ser Feliz ao Mesmo Tempo" (Nova Fronteira), de Nelson Rodrigues, escrito sob o pseudônimo de Myrna, sua rápida coluna de 1949 no "Diário da Noite". Esta "mulher" Myrna é uma sábia. Falaremos dela em 500 anos. Revistas femininas e autores como Nelson Rodrigues são acusados de moralismo. Antigamente o moralismo relacionava sexo, afeto e demônios. Incrível como não se vê que hoje o verdadeiro moralismo está nas teorias que relacionam as formas comuns (dos meros mortais) de afeto e sexo a "frutos da opressão da mulher".

Aprendemos a negar nosso medo com teorias sofisticadas, mas o medo sempre aparece. Ficou chique dizer que se é emancipado, quando na realidade nem só de liberdade vive o desejo, mas também de pecado, medo e vergonha. Como dizia Nelson, "o desejo também precisa de seu claustro".

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Adolescência: até quando? (ROSELY SAYÃO)

A ADOLESCÊNCIA sempre foi um conceito bem complexo de se abordar. Nem mesmo os estudiosos conseguiram chegar a um conceito único a respeito dessa fase do desenvolvimento. Quando ela começa e quando termina? Quais suas características principais? Tem relação direta com a idade e/ou com fenômenos biológicos ou a estes devemos acrescentar, necessariamente, os sociológicos e os psicológicos?

Muitos estudos foram realizados, mas estes nunca chegaram a ter unanimidade entre si. Alguns afirmaram que sim, essa é uma fase coincidente com a puberdade, enquanto outros que é um fenômeno exclusivamente sociocultural; tivemos inclusive autores que consideraram a adolescência uma síndrome - ou seja, um conjunto de sintomas - normal. Por mais que pareça estranha essa última ideia, muitos estudos foram realizados nesse sentido, principalmente pela psicologia.

Mesmo com tanta complexidade e divergências, alguns elementos eram tidos como referências por quem, de algum modo, se dedicava a trabalhar com os mais novos. A adolescência era considerada um período que compreendia a busca de identidade e o autoconhecimento; que era marcado pela busca de pares, o que provocava o distanciamento dos pais; e era nesse período que ocorria a explosão da sexualidade em sua forma adulta. Algumas outras ideias, como a mudança da noção do tempo - que passava a ser conjugado no passado, presente e no futuro - e a busca de segurança e de estabilidade - emocional, afetiva, pessoal, profissional, por exemplo - juntavam-se às primeiras e formavam um conceito que, na prática, caracterizava o comportamento dos adolescentes.

Pois bem: esse conceito, já tão complexo, passou a ficar cada vez mais irreconhecível a partir do final do século 20. É que o mundo adulto foi invadido pela busca da felicidade e da juventude, entre outras coisas, o que transformou muito o comportamento de quem já tinha maturidade. Dessa maneira, características antes creditadas apenas a adolescentes passaram a fazer parte da vida adulta também. A impulsividade, o imediatismo, a busca do prazer e da liberdade e o comportamento de risco, por exemplo, passaram a ser fatos corriqueiros na vida dos mais velhos. Ao mesmo tempo, as crianças passaram a perder a infância cada vez mais cedo e seus interesses, seu comportamento, suas vestimentas, sua vida social e a linguagem usada ficaram cada vez mais parecidas com as dos adolescentes. Por isso, a notícia que saiu dias atrás que, agora, a adolescência deve ser considerada um período que vai até os 25 anos não é nenhuma novidade. Já faz tempo que constatamos que a adolescência começa cada vez mais cedo e termina cada vez mais tarde. Quando termina!

Por isso, não deve estar longe o tempo em que a adolescência vai se tornar um conceito obsoleto. Vai deixar de ser um período da vida para ser um estilo de vida. O nosso. Se isso é bom ou não, só saberemos mais tarde. Pagamos para ver: essa é uma expressão que se aplica muito bem a essa questão. Entretanto, precisamos considerar a possibilidade de a maior parcela dessa conta poder ser debitada aos adolescentes de fato. Pelo menos, como eram considerados antes de todas essas mudanças.

É que eles podem olhar para nós e perceber que, depois de chegarmos à vida adulta, decidimos retornar; e podem até concluir que nem vale a pena experimentar essa tal vida adulta, não é?

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Para (ou contra) o Dia das Crianças (CONTARDO CALLIGARIS)

NA SEMANA retrasada, em Buenos Aires, uma criança de seis anos foi autorizada a mudar de nome e de gênero no registro de identidade argentino. Ela tinha nascido menino, Manuel, e declarava ser menina e princesa desde os 18 meses. A criança passa a se chamar agora Luana, nome que ela já tinha escolhido dois anos atrás.

Ela se vestirá de menina, brincará com as meninas e, na escola, frequentará o banheiro feminino. Esse detalhe não é irônico: pouco tempo atrás, nos EUA, uma criança transgênero da mesma idade de Luana, Coy Mathis, teve que recorrer à Justiça para obter o direito de frequentar o banheiro feminino de sua escola. Simpatizo com os juizes norte-americanos e argentinos, porque sua decisão não foi fácil. Simpatizo ainda mais com os pais de Luana, de Coy e de todas as crianças pequenas que hoje são reconhecidas como transgênero.

Imagino o drama dos pais. Eles podem 1) proibir e coagir para tentar estancar a identificação com o outro sexo, 2) permitir e deixar a coisa se desenvolver sem vaiar e sem aplaudir ou, ainda, 3) tomar as dores de suas crianças e defender o direito de elas mudarem de gênero. Qual é a escolha certa? Concordando ou não com a escolha dos pais de Luana e Coy, para apreciar sua coragem, basta se lembrar de que poucas décadas atrás ainda se prendia a mão esquerda atrás das costas das crianças canhotas na hora de elas aprenderem a escrever.

Qual será o próximo passo desses pais? Em tese, tentarão contrariar a puberdade administrando à filha o hormônio feminino que ela não produz. Mesmo assim, o corpo de Luana e Coy se tornará mais masculino do que elas esperam, e chegará a hora de recorrer à cirurgia estética e, por exemplo, implantar seios e depilar o corpo inteiro a laser. Quando? Um recente artigo de Margaret Talbot, numa "New Yorker" deste ano (<http://migre.me/giGK1>), conta a história de Skylar, criança transgênero de menina para menino, que começou a testosterona e removeu os seios aos 16 anos.

Talbot também mostra que, sobretudo nos EUA, cresce fortemente o número de crianças pequenas que pedem para mudar de gênero. Ora, a diferença de gênero é muito menos binária do que estamos acostumados a pensar, e acredito mesmo que haja espaço para um terceiro e um quarto gênero. Mas acho sintomática a diminuição progressiva da idade das crianças consideradas transgênero. Sintomática de quê? Para autorizar uma mudança de sexo, psicólogos e psiquiatras recorrem a critérios sobre os quais é inevitável que se discuta até não poder mais. Mas, de qualquer forma, sejam quais forem os critérios, alguém acha que podemos aplicá-los em crianças de seis anos?

O que significa que um menino, aos dois anos, declare que ele é menina ou princesa? Mesmo que ele não desista nunca dessa ideia, ainda assim ele tem vários destinos possíveis. Talvez, no futuro, ele acorde a cada dia num corpo que lhe repugna, e sua vida só se resolva se ele se transformar concretamente em mulher. Mas uma outra possibilidade (de novo, entre várias) é que, no futuro e durante a vida inteira, ele esconda sua feminilidade e faça dela uma grande fantasia erótica. A segunda via não é a repressão da primeira: é outra aventura, totalmente. Quem decidirá, diante de uma criança de seis anos, se ela é candidata à primeira ou a segunda via? Ou a outra via ainda?

É preciso idealizar loucamente a infância para incentivar ou satisfazer o desejo de mudar de gênero manifestado por uma criança de seis anos. Pouco tempo atrás, a uma criança que dissesse suas vontades, só se respondia "cresça e depois a gente conversa". De repente, hoje, parece que o próprio fato de uma criança falar seja garantia da qualidade ("verídica") do desejo que ela expressa (talvez por isso, aliás, não sabemos mais o que fazer quando as crianças dizem que preferem dormir tarde, estudar outro dia etc.). Será que nos esquecemos de que uma criança inventa, finge, mente, que nem gente grande, se não mais?

Sábado é Dia da Criança. Ótimo - que seja um dia em que as crianças possam fazer uma ou outra besteira que lhes der na telha e em que os adultos gastem um dinheiro em presentinhos. Mas péssimo se o Dia das Crianças for a celebração canônica da infância, que é um ídolo moderno especialmente perigoso. Perigoso? Sim. Espero que não seja o caso de Luana e de Coy, mas as primeiras vítimas de nossa idealização da infância são sempre as próprias crianças.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

A nova aposta contra o Alzheimer (CRISTIANE SEGATTO)

Reflexões sobre a substância que, pela primeira vez, evitou a morte de neurônios em camundongos

O melhor fato da semana para quem se interessa por saúde: uma substância testada por pesquisadores da Universidade de Leicester, no Reino Unido, foi capaz de reverter o dano cognitivo em roedores. O que isso significa na vida que segue do lado de fora dos laboratórios? Em situações como essa, os jornalistas costumam ouvir de especialistas sensatos um comentário esclarecedor: "Se você for um camundongo, essa é uma ótima notícia".

É um jeito de esclarecer que, em ciência, é preciso ir devagar com o andar. O relógio da ciência não funciona de acordo com os anseios da sociedade e as necessidades da imprensa. Os avanços ocorrem a seu tempo e a conta-gotas. Nem sempre os bons resultados conseguidos em testes com animais se repetem em humanos. Grandes apostas da indústria

farmacêutica naufragam nessa etapa. Outras naufragam mais para frente, quando os estudos em humanos revelam que os efeitos colaterais da nova droga superam o benefício oferecido.

Desta vez cientistas financiados pelo governo britânico testaram em roedores uma nova substância da empresa GSK. Os resultados foram publicados na revista *Science Translational Medicine*. Os pesquisadores infectaram camundongos com proteínas tóxicas capazes de matar os neurônios. A degeneração provocada na experiência é similar à ocorrida em doenças como Alzheimer, Parkinson e esclerose lateral amiotrófica. Os resultados: os animais que receberam a substância (administrada oralmente) não sofreram perda de neurônios. O número de células na área ligada à memória (hipocampo) permaneceu o mesmo. Entre os roedores que não receberam a substância, houve uma redução de 70% na quantidade de neurônios.

Alguns cientistas declararam à imprensa que essa é uma descoberta histórica na busca de uma cura do Alzheimer. É um palpite arriscado. Há, sim, razão para esperança, mas não devemos embarcar na excitação que reduz o senso crítico. É preciso atentar para dois fatos:

1) Os pesquisadores usaram uma substância tóxica. Ela provocou graves efeitos colaterais, como problemas no pâncreas. Os cientistas envolvidos na pesquisa sequer chamaram a substância de “droga”.

2) A substância funcionou em cérebros de 75 milhões de neurônios. O cérebro humano é muitíssimo mais complexo e formado de 85 bilhões de neurônios.

“Estamos muito longe de uma droga que possa ser usada em humanos”, afirmou Giovanna Mallucci, a responsável pela pesquisa, ao jornal *The Guardian*. “O fato de termos estabelecido que esse caminho significa que o desenvolvimento de drogas para essas doenças neurodegenerativas é uma possibilidade real”.

Adoraria dar a notícia da cura do Alzheimer, mas não será desta vez. Há um longo caminho (uma década, talvez) para que se chegar a uma droga que possa ser testada em humanos. Isso se ela prosperar nas etapas anteriores... Enquanto não surge uma forma eficaz de mudar o curso da doença, o que nos resta é disseminar a importância da prevenção. Alguns fatores de risco:

Idade avançada - É o principal deles. Quanto mais vivemos mais nos aproximamos da possibilidade de ter Alzheimer.

Função cognitiva - Exercitar o cérebro é fundamental em qualquer idade e ainda mais na velhice. Desafie seus neurônios sempre. Leitura, jogos de memória, palavras-cruzadas estimulam o cérebro. Mudar o caminho de casa também. Liberte-se da dependência do GPS e experimente novos trajetos pela cidade.

Peso - O índice de massa corpórea (IMC) costuma cair dez anos antes do aparecimento da demência. No final da vida, as pessoas devem se preocupar mais com o baixo peso do que com a obesidade. Uma forma de aumentar a massa corpórea sem precisar comer mais é cultivar a massa muscular. Praticar exercícios com pesos na velhice não é garantia de nunca ter Alzheimer, mas não costuma fazer mal – desde que o idoso tenha boas condições de saúde e acompanhamento profissional.

Genética - Pessoas com uma mutação no gene que comanda a produção de uma substância chamada de apolipoproteína E têm risco mais elevado de sofrer da doença. Testes genéticos identificam essa característica, mas não são 100% confiáveis. Muitos geneticistas não recomendam o teste porque as pessoas poderiam se alarmar desnecessariamente.

Concordo. Fiz um teste desses há quatro anos para avaliar a empresa que o oferecia. Nunca abri o resultado. Para quê? Para interpretar cada lapso de memória como um sinal precoce de Alzheimer e viver infernizada as décadas que me restam. Não, muito obrigada.

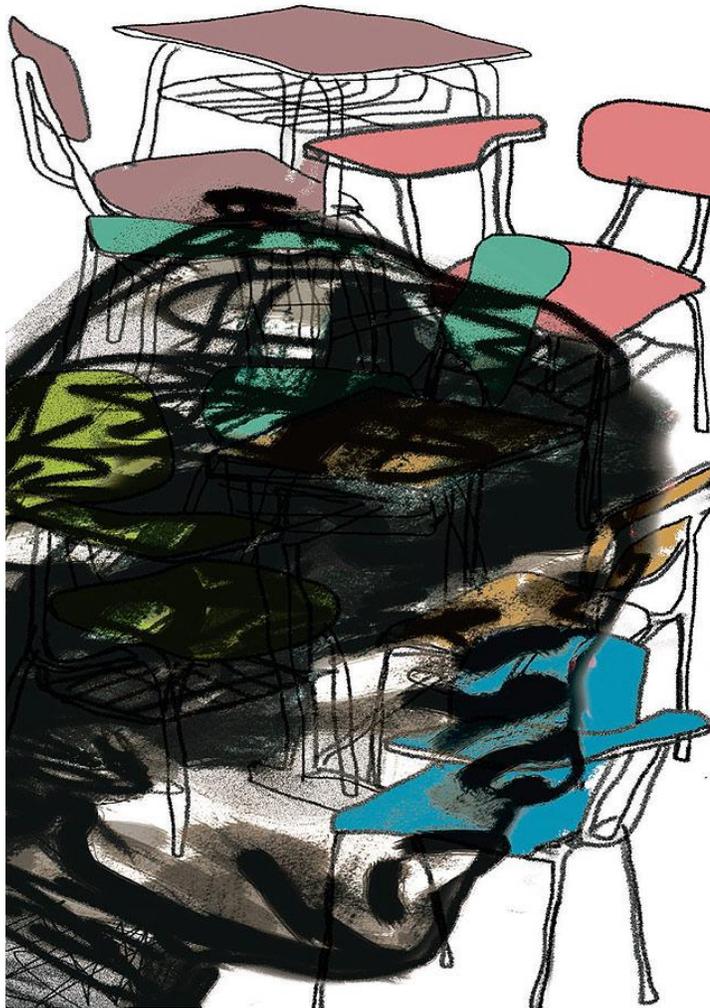
Alterações cerebrais - A ressonância magnética pode revelá-las. Disfunção na massa branca cerebral – que envolve as fibras que conectam os neurônios – é considerada um indicador do impacto da doença vascular. Para preservar a massa branca do cérebro, evite a hipertensão e o diabetes. Pratique atividade física e se alimente de forma equilibrada. Ventriculos do cérebro alargados indicam redução do tecido cerebral.

Doenças cardiovasculares - Aumentam o risco de Alzheimer. Dieta e exercício é a melhor forma de se manter longe delas. Podemos fazer muita coisa para manter a doença longe do nosso horizonte, mas alguns fatores escapam do controle. São aquelas coisas da vida contra as quais não adianta lutar – só aceitar. Por enquanto, é assim.

CRISTIANE SEGATTO Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Outubro de 2013.**

Para valorizar o Enade (BENEDITO AGUIAR NETO)

O PROGRAMA Ciência sem Fronteiras concederá mais de 100 mil bolsas de estudo no exterior em quatro anos - os alunos de graduação devem alcançar nota mínima de 600 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para desfrutar do benefício. A nova exigência de nota mínima no Enem não dispensa os demais critérios de elegibilidade, como mérito acadêmico, homologação pelo Ciência sem Fronteiras e proficiência em idioma.



Porém, é inegável que o Enem, organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ganha mais um item de valorização diante dos alunos, que já o têm como ponte para o ingresso nas universidades, política que a Universidade Presbiteriana Mackenzie adotou em seus processos seletivos.

Não é sem razão, portanto, que as inscrições em 2013, segundo o Ministério da Educação, tenham estabelecido recorde, com 7.834.024 candidatos. Detalhe relevante: o Enem não é obrigatório! Em contrapartida, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), também organizado pelo Inep, é componente curricular compulsório. Os concluintes dos cursos avaliados a cada ano que não comparecem não recebem seus diplomas de graduação.

O Enade é obrigatório, mas, na visão pragmática de numerosos jovens, não agrega valor nem os estimula. Causa espécie que, em sendo conteúdo curricular, sua nota não seja inserida no histórico escolar do aluno. Se fosse, provavelmente a visão de muitos quanto à sua importância seria mais positiva. Há, ainda, um fator desfavorável que pode agravar o desvio de foco dos estudantes quanto ao Enade: realiza-se num período no qual o graduando está produzindo sua monografia ou trabalho de conclusão de curso, que lhe exige dedicação.

Nos anos em que as faculdades de direito incluem-se entre as avaliadas, é mais grave ainda, pois há coincidência com o exame da OAB, como ocorreu em 2012 - poucos dias separaram as duas provas. Diante desse quadro, restam ao estudante poucas oportunidades. Entre a boa nota no trabalho de conclusão de curso, a aprovação num exame que lhes permitirá exercer sua profissão e o Enade, é comum que optem por aquilo que

menos os impacta. Há aqueles, porém, mais comprometidos com a instituição, que entendem, de modo muito correto, que quanto maior a média de notas, mais prestigiado será o seu diploma; e os que se sentem responsáveis pela perenidade e credibilidade de seus cursos. Esses e outros motivos podem justificar o anúncio de ontem do Ministério da Educação de que 30% dos cursos alcançaram nota 1 ou 2 no Enade, resultado considerado insatisfatório e que demanda providências das instituições cujos cursos foram assim avaliados.

A despeito desses preceitos de cidadania e ética, a serem permanentemente cultivados, é necessário que o Enade, no cumprimento de sua importante missão de avaliar as instituições e aperfeiçoar o ensino superior, garanta qualidade e transparência dos serviços educacionais. A nota de Enade é das mais importantes variáveis para o cálculo do conceito de um curso, e as médias obtidas são utilizadas na avaliação institucional, por meio do IGC (Índice Geral de Cursos), do Inep.

Portanto, de modo a valorizar o Enade e torná-lo representativo em eventuais comparações de resultados, é fundamental que tenha seu significado reconhecido. Introduzir o resultado no histórico do aluno parece ser medida natural para atingir esse objetivo. Outra providência quanto à valorização da nota do Enade seria utilizá-la como um dos critérios de avaliação para concessão de bolsas e financiamentos com recursos públicos destinados à formação continuada após a graduação, como o Ciências sem Fronteiras.

BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO, 58, engenheiro elétrico pela Universidade Federal da Paraíba, é reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e presidente da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Outubro de 2013.

Miopia na demonização do consumo (MARCOS GOUVÊA DE SOUZA)

GRASSA na mídia e em ambientes governamentais a ideia de que o estímulo ao consumo já cumpriu seu papel na recuperação econômica do país e que o foco deveria agora ser direcionado para investimentos em infraestrutura. Como se essas frentes fossem incompatíveis entre si e os recursos para uma inviabilizassem apoio para a outra. Nada mais equivocado e pueril, não fosse incoerente.

O que foi direcionado para o estímulo ao consumo nos últimos anos restringiu-se a alguma forma de desoneração do IPI para certas categorias e produtos e mais algum esforço dirigido para a desoneração da folha de pagamento de alguns segmentos empresariais, que transcendem ao âmbito do consumo. De fato, o que conspirou a favor do aumento do consumo foi uma conjunção virtuosa do crescimento da renda real das famílias, com melhoria do nível de emprego formal, e do incremento da oferta de crédito e a elevação do nível de confiança do consumidor.

Esses elementos proporcionaram forte expansão das vendas do varejo em todo o país e criaram uma nova realidade social e econômica, sem que o governo fosse obrigado a fazer nenhum estímulo adicional. No período de 2004 a 2012, vivemos uma profunda transformação estrutural do perfil de consumo. Perto de 40 milhões de brasileiros chegaram ao mercado, que se interiorizou e expandiu, gerando novas demandas por bens e serviços. Esse cenário permitiu o crescimento das vendas de varejo muito acima da evolução do PIB. O investimento direto do governo para isso acontecer foi mínimo, e foi ele próprio o maior beneficiário. O aumento da arrecadação tributária advinda da formalização de negócios fez com que o crescimento da receita de impostos superasse, por larga margem, a expansão da economia.

Mas, nos últimos meses, tem havido forte pressão no sentido de que a prioridade do governo deveria ser redirecionada para investimentos em infraestrutura. Eles são absolutamente necessários levando-se em conta as carências constatadas no país, mas não deveriam pressupor a redução da atenção à ampliação e à melhoria do consumo. Há espaço ainda para o aprofundamento do consumo, medido pela carência de produtos e serviços demandados pela população.

A penetração de alguns produtos nos domicílios brasileiros, segundo os dados da PNAD, do IBGE, mostra que, no período de 2001 a 2011, a presença de fogões cresceu de 97,8% para 98,6%. A de TV aumentou de 82,8% para 96,9%. As geladeiras avançaram de 84,4% para 95,8%. Em filtros de água, chegamos, em 2011, apenas a 53,2%, e em freezers a 16,4%. Se pensarmos em máquinas automáticas de lavar roupa, item relevante para a mulher que trabalha fora de casa, a penetração avançou de 32,9% para 50,9%. E a obsolescência dos eletrodomésticos e dos produtos eletrônicos cria um mercado em constante renovação. O desejo de evolução e melhoria contínua é a essência do capitalismo e alimenta o desenvolvimento econômico, em especial num país como o Brasil, com uma população jovem, com idade média inferior a 30 anos.

Não devemos transigir na atenção que o consumo merece em um momento em que o aumento do emprego formal perde seu vigor, a expansão da renda real é menor, a oferta do crédito está mais limitada pela cautela do sistema financeiro privado e o nível de confiança do consumidor tem baixado desde o primeiro semestre de 2012, criando um indesejável cenário de tendência à contenção de gastos. O país precisa de crescente atenção com sua debilitada infraestrutura, e qualquer pessoa de bom senso reconhece isso. Porém, fazê-lo à custa de uma redução de atenção e apoio à expansão do consumo é absoluta miopia.

MARCOS GOUVÊA DE SOUZA, 64, formado em administração pela Fundação Getúlio Vargas e em propaganda e marketing pela ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), é conselheiro do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Uma década de Bolsa Família (ANA FONSECA e CARLOS LOPES)

COSTUMA-SE dizer que o sucesso tem muitas mães. Quase sempre isso é verdade. Como participantes do processo que deu corpo ao Bolsa Família, consideramos oportuno acrescentar ângulos à reflexão do balanço de uma década dessa conquista do povo brasileiro. O Bolsa Família atende hoje a 13,8 milhões de famílias. O valor médio de seu benefício mensal é de R\$ 152. Em 2003, quando implantado, ele atendia a 3,6 milhões de famílias com cerca de R\$ 74 mensais, em média.

Mas esse resultado é fruto de um processo histórico em que se logrou aperfeiçoar uma engenharia social capaz de enfrentar a miséria da população de maneira mais profunda. Pessoas e instituições que se arvoram como protagonistas de uma construção que foi coletiva estão equivocadas. A produção de memórias é sempre parte de um campo de disputas de interesses. Os relatos que apagam tal construção estão longe de serem inocentes.

O desenvolvimento do Bolsa Família se beneficia de experiências anteriores. Em 1995, em Campinas e Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e no Distrito Federal, foram implantados programas de renda mínima que logo se espalharam por muitos municípios. Não foi por acaso que, em 2003, o presidente Lula aprovou a expressão "Bolsa Família, uma evolução dos programas de complementação de renda com condicionalidades", em reconhecimento dos antecedentes múltiplos e variados. O cadastro único dos programas sociais consolidou-se como uma conquista contra os interesses setoriais, que preferiam criar e gerir os seus próprios cadastros, reproduzindo, também no campo da identificação do público alvo, a fragmentação, a disputa de poder e a sobreposição de esforços.

Atribui-se a isso, em parte, o sucesso do Bolsa Família. Em setembro de 2003, estavam registradas no Cadastro Único federal, recebendo benefícios de distintos programas, cerca de 17,2 milhões de famílias. O Bolsa Escola repassava a cada beneficiário por mês R\$ 24,80, em média. O Bolsa Alimentação, R\$ 21. Em dezembro daquele ano, o Bolsa Família já concedia o triplo da média dos outros programas. O I Seminário Nacional do Cadastro Único, ainda em 2003, foi o primeiro fórum a reunir gestores federais, estaduais e municipais para discutir as muitas facetas do processo de cadastramento. Com ele, criou-se um ponto de apoio importante para a discussão federativa e republicana sobre a gestão do cadastro único. Ao longo dos anos, ele se converteu em uma ferramenta de planejamento e gestão de políticas.

Em 2011, o governo federal inseriu o Bolsa Família em uma política mais ampla de transferência de renda. Com o plano Brasil sem Miséria, assumiu o compromisso de garantir aos brasileiros uma renda mínima mensal de R\$ 70. Comprometeu-se a ampliar o acesso a serviços públicos e a efetuar a inclusão produtiva urbana e rural. Os dez anos do maior programa de transferência de renda do mundo são motivo de orgulho e esperança para a população brasileira, e é isso que nós devemos celebrar.

ANA FONSECA, 62, é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi secretária-executiva do programa Bolsa Família (2003). **CARLOS LOPES**, 52, economista, ex-representante da Organização das Nações Unidas no Brasil (2003-2005), é secretário-executivo da comissão econômica para a África da ONU. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Efeitos de longo prazo - Pesquisador mostra impactos do Bolsa Família, que completou 10 anos, na aprendizagem dos alunos (TORY OLIVEIRA)



Para o especialista em políticas públicas Armando Simões, de 47 anos, está na hora de começar a imaginar o que a redução da pobreza pode fazer pela educação. Simões investigou se o Bolsa Família, maior programa de transferência condicionada de renda do mundo, influenciaria positivamente a aprendizagem dos alunos cujas famílias recebem o benefício. Defendida na Universidade de Sussex, na Inglaterra, a tese de doutorado de Simões apontou uma redução de 76% no gap, ou seja, na diferença do resultado medido pela Prova Brasil entre escolas cuja maioria dos estudantes recebe o benefício em comparação com escolas sem alunos beneficiários. Ele considerou casos em que o tempo médio de participação no programa aumenta de um para quatro anos. O programa também afetaria o abandono e a aprovação. Especialista do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Simões conversou com Carta na Escola, por telefone, sobre o Programa Bolsa Família e os resultados de sua pesquisa.

Carta na Escola: Por que investigar efeitos do Bolsa no desempenho escolar?

Armando Simões: As análises de programas de transferência condicionada de renda mostram evidências fortes de efeito positivo na matrícula escolar e na redução do abandono. Mas poucos estudos detectam efeitos específicos sobre a aprendizagem. Se os objetivos das transferências condicionadas de renda passam por ampliação no longo prazo no capital humano das famílias de renda mais baixa, é necessário que não haja só matrícula e permanência na escola, mas também progressão no ciclo escolar, associado à aprendizagem. Havia o que chamo de "elo perdido" nas evidências: é possível identificar redução do abandono, a manutenção da criança na escola e avanços na promoção escolar, mas havia a contradição forte de não se encontrarem avanços na aprendizagem. Portanto, tentei explorar a experiência do Bolsa Família, utilizando dados do Prova Brasil de 2005 e de 2007 dos alunos do 5º ano. Junto a esses dados agreguei informações sobre o tempo de permanência da família no programa e o valor do benefício per capita, duas variáveis até então inexploradas nas

pesquisas internacionais. Essa pista foi dada pelos estudos americanos, que encontravam resultados na aprendizagem só depois de três anos no programa.

CE: O efeito não é imediato?

AS: Alguns efeitos são, como a permanência na escola. A condicionalidade induz ao cumprimento da frequência escolar, inclusive com exigência superior à da Lei de Diretrizes Básicas, que estabelece o mínimo de 75%. A condicionalidade é mais rigorosa, exige 85%. O segundo efeito é a matrícula, ou seja, você tem uma indução forte de que as crianças sejam de fato matriculadas na idade certa. Estudos mostram que, quanto maior a idade de ingresso na escola, menor é a chance de a criança concluir a escolaridade obrigatória. Outro efeito imediato, embora nesse campo os estudos sejam um pouco mais controversos, é que existem evidências de redução do trabalho infantil brasileiro.

CE: E quanto aos efeitos de médio e longo prazo?

AS: Os efeitos de médio prazo são a promoção escolar e os resultados na aprendizagem. Há também os efeitos de longo prazo, associados não somente à conclusão do ciclo escolar obrigatório, mas também à criação de oportunidades futuras de continuidade de estudos. Ou seja, há a ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica dessas crianças no futuro.

CE: Quando se compara o resultado dos alunos do 5º ano na Prova Brasil, as crianças beneficiárias obtêm 20 pontos a menos do que as não beneficiárias no teste de Português. O que significa essa diferença de resultados?

AS: Essa diferença é encontrada entre alunos beneficiários e não beneficiários no exame da Prova Brasil de 2005. A diferença em Matemática é de 16 pontos e de 20 pontos em Português. Tento mostrar que existe uma correlação entre renda per capita da família e o resultado no exame. Para dar um significado prático para essa diferença, faço um paralelo com o tempo de escolarização. No caso de Matemática, há uma diferença de cinco meses de escolarização e de Português, sete.

CE: Em que medida o tempo de participação no programa e o valor per capita repassado para a família ajudam a reduzir essa diferença?

AS: Há uma redução de 14,5 pontos entre escolas com 80% de beneficiários e escolas sem alunos beneficiários quando se comparam diferentes tempos de participação no programa. A diferença de pontuação é de 19 pontos quando os alunos beneficiários possuem 12 meses de participação. Quando a participação dos alunos passa para 48 meses, a diferença cai para 4,5 pontos, aproximadamente. É uma diferença da ordem de 14,5 pontos. Ou seja, o maior tempo de participação reduz a diferença de desempenho entre escolas com alunos beneficiários e escolas sem alunos beneficiários. É uma redução grande, 76% do gap, ou seja, da diferença de resultados entre beneficiários e não beneficiários.

CE: E quanto ao valor per capita repassado para as famílias?

AS: No caso do efeito do valor per capita, essa diferença se traduz nas taxas de aprovação escolar. Cada real a mais no valor per capita representa um aumento de 0,6% na taxa de aprovação das escolas, nas quais mais de 80% dos alunos são beneficiários. O fator tempo também aparece como influente nas taxas de abandono: o acréscimo de um ano no tempo de participação reduz 0,8% na taxa de abandono. Sempre lembrando que esse resultado de aprendizagem é baseado na Prova Brasil de 2005, no 5º ano. Não podemos extrapolar esse resultado para qualquer ano da escolaridade.

CE: Qual é a importância de se analisarem as duas variáveis conjuntamente?

AS: Não dá para avaliar efeitos educacionais de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família sem levar em consideração o tempo de participação e o valor per capita pago. O produto dessas coisas é o que podemos chamar de dose do programa. Quanto maior o benefício pago e maior o tempo de participação, maior a dose do programa. Imagine uma família que entrou este mês e receba 100 reais, tem uma dose menor do programa do que uma família que recebesse só 70, mas está há 12 meses. Multiplicar o número de meses pelo valor médio per capita que a família recebe é a dose do programa. É o que faz a diferença nos efeitos educacionais. Essa é a ideia que está argumentada na tese de por que internacionalmente não se encontram resultados na aprendizagem. É porque não se consideraram as duas variáveis simultaneamente.

CE: Por que receber o benefício se reverte em melhora da aprendizagem?

AS: São derivações dos efeitos imediatos. O Bolsa Família afeta diretamente fatores que interferem no resultado da aprendizagem, como a frequência, que está associada ao desempenho: o aluno que vai à aula tem maiores chances de desempenho. Por outro lado, o aumento da exigência da presença na escola invariavelmente reduz a chance de envolvimento da criança e do jovem no trabalho, seja ele remunerado ou não. O programa também favorece o ingresso na escola na idade certa. Há também as condições materiais. Esse é o grande impacto: além de reduzir a pobreza, garantir que essas crianças estarão alimentadas, menos vulneráveis a condições de doença ou situações que as tirem da escola, isso certamente possibilita melhora no desempenho. Há também múltiplos efeitos na condição na família. A maior segurança econômica reduz o nível de estresse dos pais e melhora o seu bem-estar psicológico, fatores que interferem na qualidade e na dedicação dos pais aos filhos, que é outro elemento que deve ser levado em consideração. Parece algo trivial, mas não é.

Transformar a percepção de segurança econômica de uma família faz diferença nas expectativas que ela tem com relação a seus filhos. Ou seja, transforma o grau de disponibilidade das famílias de investirem no longo prazo nessas experiências.

CE: Podemos afirmar que, além de aumentar a aprovação e reduzir o abandono, o Bolsa Família estaria reduzindo as desigualdades educacionais?

AS: Sim. Obviamente, as desigualdades nos resultados dependem de outros fatores que não a condição das famílias, como o padrão de oferta e qualidade da escola. Só que existe um componente da desigualdade associado à condição de pobreza, é ele que o Bolsa Família ajuda a reduzir. A pobreza tem um efeito sobre as desigualdades educacionais do mesmo modo que a desigualdade educacional vai ter um efeito de longo prazo sobre a pobreza. O que a teoria do capital humano diz é que é preciso equilibrar as oportunidades educacionais para reduzir a pobreza no futuro, só que a pobreza afeta as desigualdades educacionais no presente. Se a pobreza no presente não diminuir, não é possível gerar benefícios reais a partir da oferta de serviços educacionais, ao menos para os que vivem em extrema pobreza. Há um mínimo necessário para que a prestação de serviços universais como a educação se converta em benefício real. A educação é uma atividade que exige do sujeito condições de atuação no processo educacional. Só que a qualidade e as condições para essa atuação estão fortemente determinadas pelas condições sociais e familiares. Os efeitos da pobreza se manifestam contra a educação de muitas formas: desde os aspectos de investimento de tempo e dinheiro pelas famílias até dimensões subjetivas e de bem-estar psicológico, de estresse com relação ao dia a dia, as oportunidades de convivência social e outras também afetadas pelas condições de renda. Por isso é que eu digo no artigo: está na hora de pensarmos não só no que a educação pode fazer para a redução da pobreza, mas o que a redução da pobreza pode fazer para a melhora da educação. O direito à educação pressupõe um direito anterior, que é um direito a uma renda mínima que assegure a condição da família de evoluir da extrema pobreza. É como se a garantia da renda fosse um pré-requisito para a garantia do indivíduo à educação.

CE: Por que ainda há resistência de algumas parcelas da população brasileira em relação a programas como o Bolsa Família?

AS: Acho que parte dessa crítica se origina do desconhecimento das pessoas e de informação. Muitos países desenvolvidos mantêm programas permanentes de transferência de renda e de benefícios ligados à criança. Livro recente da professora Célia Lessa conta o histórico da política social e da constituição dos Estados do Bem-Estar Social no mundo. Ela mostra claramente que os países desenvolvidos usaram as políticas sociais como mecanismo de construção do equilíbrio necessário para o processo de desenvolvimento. Outra parte da crítica ainda é resquício de uma visão preconceituosa, arcaica, em relação às populações pobres, que entendem que a pobreza é resultado das escolhas dos indivíduos ou de certa incapacidade de trabalharem, o que não é verdade. As causas da pobreza são inúmeras, mas a pobreza em massa é fruto de uma estrutura social que reproduz através de gerações esse status quo. Quando olhamos para a história das políticas sociais, vemos políticas sociais defensoras de oferecer as piores condições possíveis aos pobres, porque entendia qualquer benefício como desincentivo ao trabalho e à iniciativa de superar a pobreza. Essa visão é ultrapassada. Os estudos mostram o contrário. Quando o mínimo social que permite segurança para a família é assegurado, a tendência é de aumentar a participação no mercado de trabalho e não diminuir.

TORY OLIVEIRA é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CARTA NA ESCOLA, Outubro de 2013.**

Os mascarados (PAULO GHIRALDELLI)

O RIO DE JANEIRO está sob a ameaça de seu próprio governo. A lei de intimidação para quem usa máscara em manifestações de rua foi aprovada já há semanas. Está valendo. Outras cidades seguiram o malfadado exemplo. Sem ter cometido qualquer ato ilegal e não estando em "atitude suspeita" em "lugar suspeito", mas apenas andando na rua com um cartaz, o cidadão pode ser conduzido pela polícia à delegacia, onde terá de "bater os dedos" - fichamento!

As cidades que optaram por tal medida vivem o banimento daquela liberdade básica do Estado de Direito das democracias liberais modernas. Duvido que isso tenha respaldo em nossa Constituição. E mais: se pensarmos no caso do sumiço do Amarildo e de como funciona a polícia, essa atitude da Justiça do Rio e de cidades Maria-vai-com-as-outras cria realmente uma situação de "terrorismo de Estado". Trata-se da reedição do "Minority Report", não como filme, mas como realidade: uma pessoa é presa poucos minutos antes de cometer um crime, porque uma autoridade tem agora o dom de prever o futuro e dizer que ela iria agir ilegalmente se continuasse solta. É um absurdo.

Uma parte das pessoas imagina que uma lei como essa serve para deter uma ala dos manifestantes, a dos "black blocs". Não é. Trata-se apenas de ato governamental irracional de intimidação e vingança! Como todo ato governamental estúpido, a reação não demorou. Os últimos acontecimentos do Rio de Janeiro -protestos de professores da rede pública, ação violenta de outros grupos e repressão policial - mostram apenas uma coisa: os mascarados que saíram na defesa dos professores vieram de modo mais preparado do que em junho.

Ora, se o Estado, ele próprio, sai da lei por meio de legislação ilegítima e, ainda por cima, bate em professor, qual razão teriam os "black blocs" para não reaparecer? Nenhuma! Eles se sentiram no dever de voltar - e voltaram. Os "black blocs" não estão nem aí com a direita política, que teme manifestação de rua, embora ela própria às vezes resolva participar de alguma. Eles também não dão a mínima bola para professores da esquerda caduca. Afinal, ninguém vai levar a sério

aquele que disser que, se fascistas usavam máscaras em aparições públicas, então todo mascarado em manifestação de rua hoje no Brasil é fascista. Um Estado violento não gera paz, gera violência. Quanto mais o Estado reprimir a população e quanto mais sua face "pega Amarildo" revelar-se, mais a ação dos "black blocs", caso não atinja o patrimônio público, ganhará legitimidade.

A resposta das autoridades às manifestações de rua de junho último já virou fumaça. Entraremos em ano eleitoral e de Copa com uma população que, estando bem ou não economicamente, tem lá sua parcela de insatisfação, pessoas que estão realmente esgotadas de serem tratadas com descaso ou violência. Como os governantes pensam em lidar com isso? Parece que eles estão com uma fórmula meio velha e inócua nas mãos. Tudo que sabem fazer é fornecer doses homeopáticas de AI-5 associadas às mentiras cabeludas de sempre. É falta total de criatividade, bom senso e honestidade.

PAULO GHIRALDELLI, 56, é filósofo, escritor, cartunista e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

As mentiras do Google e da Microsoft (DAN SCHILLER)

Ao cancelar a visita de Estado que faria a Washington, a presidente Dilma destacou a responsabilidade da Casa Branca no caso Snowden. Por outro lado, as transnacionais da internet – parte integrante do sistema de vigilância orquestrado pelos serviços secretos dos Estados Unidos – são frequentemente poupadas das críticas



POR ANOS as autoridades norte-americanas atacaram os Estados – China e Irã em primeiro lugar – que impõem a seus cidadãos restrições de acesso e uso da internet. As revelações de Edward Snowden sobre a extensão do sistema de vigilância das telecomunicações globais estabelecido por Washington só reforçam as dúvidas que já pesavam sobre a sinceridade de tais críticas. Mas o problema vai muito além da mera hipocrisia.

Em 2010, uma comissão de investigação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos apontou a preocupação dos principais atores do setor digital.¹ Em seus relatórios à comissão, eles empenhavam-se em denunciar a política dos Estados Unidos em relação à web, não sem tomar diversas precauções – por exemplo, nunca mencionaram diretamente o programa Prism da National Security Agency (NSA).

A TechAmerica, associação surgida em 2009 que reúne 1,2 mil empresas, criticou a disposição do Federal Bureau of Investigation (FBI) em estender a lei que regulamenta a vigilância eletrônica a todo o conjunto dos meios de comunicação. E em sugerir que essa mudança poderia servir de “modelo” para outros países, com “consequências tão ou mais desastrosas para as liberdades civis”. A associação pediu então o estabelecimento de políticas que “garantam a livre circulação da informação, aqui, no país”.²

Sempre evitando ser muito específica, a Microsoft avaliou que no exterior “os usuários também expressavam preocupações relativas ao armazenamento de seus dados nos Estados Unidos, porque tinham a impressão de que o governo norte-americano poderia acessá-los livremente”. Antes de concluir: “Os Estados Unidos e os outros países devem levar em consideração o impacto de suas políticas nacionais” sobre o resto do mundo.³ Mais tarde ficamos sabendo que a empresa fundada por Bill Gates colaborava com a NSA, ajudando a contornar softwares de criptografia e a interceptar e-mails, conversas no Skype e outros serviços on-line hospedados pela transnacional.⁴

Censura e hierarquização dos conteúdos

Na corrida da hipocrisia, o Google não é exceção. “Proteger e promover a circulação de informação e a livre expressão são valores fundamentais do Google”, vangloriava-se a corporação em 2010; ela protestou contra “os Estados [que] introduzem ferramentas de vigilância em sua infraestrutura de internet” e pediu aos Estados Unidos, “berço da internet”, que “continuassem encarnando um exemplo de regulação responsável, que permite a indivíduos e empresas beneficiar-se da livre circulação da informação digital”.⁵ O Google havia, há muito tempo, negado à NSA o acesso a seus servidores, mas recentemente um documento em PowerPoint da agência de segurança a desmentiu: o gigante da busca on-line teria, sim, colaborado com o serviço de inteligência norte-americano, assim como Yahoo, Facebook, Apple, America on Line (AOL) e Microsoft.⁶

Grupo de pressão influente que reúne empresas de todos os tamanhos (e US\$ 200 bilhões em receitas anuais combinadas), a Computer & Communications Industry Association (CCIA) também mostrou uma posição virtuosa: “Devemos reconhecer que a liberdade da internet começa em casa”, declarou à comissão. “Devemos desencorajar a censura, a vigilância, o bloqueio e a hierarquização de conteúdos. Se tais procedimentos forem inevitáveis, devem ser limitados no tempo, utilizados da maneira devida e com toda a transparência. Por fim, não devemos nos transformar em polícia da internet no lugar dos outros intermediários técnicos on-line [sites de hospedagem, fornecedores de acesso]. Se os Estados Unidos não puderem manter uma internet livre e aberta, é pouco provável que outras nações o façam.”⁷

O efeito bumerangue da vigilância

O alvo óbvio desses comentários era um projeto de lei que submeteria os intermediários da internet a novos controles draconianos. Após dois anos de luta, o texto foi finalmente enterrado. Em retrospecto, no entanto, as observações dessas empresas ao Departamento do Comércio parecem fortemente direcionadas a interesses próprios. Ao contrário da NSA, a Microsoft, o Google e as outras anteciparam o efeito bumerangue dos programas de vigilância norte-americanos que, uma vez descobertos, não prejudicariam apenas Washington, mas também a reputação dessas transnacionais e, portanto, seus interesses econômicos. O desafio é considerável, pois, como destaca a CCIA, “quando discutimos livre circulação de informação na internet em nível global, estamos falando de milhares de bilhões de dólares”.⁸

Muitos países controlam as atividades on-line de sua população, mas os Estados Unidos o fazem numa escala jamais alcançada, transformando-se em “Estado de vigilância global”, nas palavras do especialista Tom Engelhardt. E com a cumplicidade de muitos atores, dos sites de busca às páginas de compras on-line, das redes sociais às operadoras de telecomunicações. Para mudar essa direção, seria preciso retomar os debates de 1970-1980 sobre a necessária responsabilidade democrática das redes de telecomunicações.

1 “Global Free Flow of Information on the Internet” [Livre fluxo global de informação na internet], Departamento de Comércio, Registro Federal, 75 (188), Washington, 29 set. 2010.

2 Relatório da TechAmerica à comissão de inquérito “Global Free Flow of Information on the Internet”, Departamento de Comércio, 6 dez. 2010.

3 Relatório da Microsoft à comissão de inquérito “Global Free Flow of Information on the Internet”, op.cit.

4 Glenn Greenwald, Ewan MacAskill, Laura Poitras, Spencer Ackerman e Dominic Rushe, “How Microsoft handed the NSA access to encrypted messages” [Como a Microsoft entregou à NSA o acesso a mensagens criptografadas], The Guardian, Londres, 11 jul. 2013.

5 Relatório do Google à comissão de inquérito “Global Free Flow of Information on the Internet”, op.cit.

6 Charles Arthur, “Google is not ‘in cahoots with NSA’, says chief legal officer” [Google não faz “conluio com a NSA”, diz diretor jurídico], The Guardian, 20 jun. 2013.

7 Relatório da Computer & Communications Industry Association à comissão de inquérito “Global Free Flow of Information on the Internet”, op.cit.

8 Idem.

DAN SCHILLER é professor de comunicação na universidade Urbana-Champaign (Illinois), autor de *How to think about information*, University of Illinois Press, Chicago, 2006. Ilustração: Alpino. Jornal **LE MONDE DIPLOMATIQUE**, Outubro de 2013.

Universidade não é nem deve ser democrática (MARCOS FERNANDES DA SILVA)

A ATUAL ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP), por parte de alguns alunos e funcionários, além de arranhar sua natureza pública, levanta algumas questões sobre a impropriedade da reivindicação dos invasores: eleição direta para reitor e questionamento da escolha do mesmo pela lista tríplice, por parte do governador.

O sindicato dos trabalhadores da USP apoiou a ocupação da reitoria. Em texto, afirmou que considerava "total desrespeito a decisão do Conselho Universitário aos anseios e à luta dos estudantes, funcionários e professores por democratização na Universidade de São Paulo". A universidade não é nem deve ser democrática no que tange sua administração financeira e de recursos humanos e na gestão acadêmica. A democracia deve existir na garantia da liberdade intelectual e no debate científico, mas, neste caso, a palavra - que se refere a um tipo de regime político - deve ser substituída por "crítica intersubjetiva", conceito que Karl Popper criou para explicar a natureza provisória do conhecimento científico, que somente progride com liberdade e discussão.

Mas a eleição direta para reitor é refutável por razões bem mais simples. Em primeiro lugar - e chega a ser acintoso o tom da nota do sindicato -, a USP é como uma empresa e funcionário trabalha para os alunos e professores produzirem conhecimento e ensino. Em segundo lugar, aluno não vota, mas estuda e pesquisa. Ainda mais numa universidade pública, cuja gratuidade tem características regressivas e de injustiça social. Do ponto de vista da administração, a universidade é uma empresa, portanto, não há democracia. Da mesma forma, a gestão acadêmica não é democrática, mas meritocrática. A meritocracia é um sistema administrativo em que o mérito conduz ao topo: os mais educados, a elite, governa.

Quem sabe ensinar e pesquisar, que ao fim e ao cabo fica e faz sua carreira na universidade, é o professor. Funcionários podem até fazer a carreira nela, mas os alunos chegam, se formam e vão embora. Deveriam sim voltar e ajudar a universidade, fazendo doações, participando de conselhos de administração, algo tão raro Brasil. Por outro lado, vamos aos fatos: entre as 30 melhores universidades do mundo, por qualquer ranking respeitável, nenhuma tem eleição direta para reitores. Para citar algumas, Oxford, Cambridge, Amsterdã, Harvard, Stanford, Autônoma de Barcelona e o mexicano Instituto Técnico de Monterrey.

A universidade brasileira está em crise, fora alguns poucos centros de excelência em exatas, biológicas, matemática, engenharias e ciências sociais aplicadas (levadas a sério, como ciência dura, "hard science"). Por que, então, essa discussão tresloucada? Por que não protestar, chamando a imprensa, por exemplo, e exigir que se cumpram metas de colocar a universidade brasileira no topo das avaliações globais? Por outro lado, quem tem mandato para escolher o reitor, em última instância, é o governador. Aí sim a democracia tem que existir e ser respeitada, pois tal ato é intrinsecamente legítimo.

A USP é um patrimônio paulista, financiada regressivamente, com recursos arrecadados dos cidadãos de São Paulo. Não bastasse tal fato, o seu gasto em educação também é regressivo. Mas é nossa única universidade bem posicionada nas avaliações internacionais e merece reformas, mas não essas propostas. Que tal debater o fim da gratuidade, socialmente injusta?

MARCOS FERNANDES G. DA SILVA, 50, economista, doutor pela Faculdade de Economia e Administração da USP, é pesquisador na Fundação Getúlio Vargas. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Jogada perigosa (JOSÉ AFONSO DA SILVA)

"**GOLPE** de mestre", "lance político admirável", "jogada de mestre" são expressões que os comentaristas usam para elogiar a adesão da ex-senadora Marina Silva ao PSB, do governador Eduardo Campos.

A maioria dos apoiadores da Rede Sustentabilidade, no entanto, ficou perplexa. Se Marina se apressou em filiar-se a um partido é porque tem pretensões para 2014, já que a burocracia, senão o boicote, impediu a criação da Rede e tolheu o exercício de um direito fundamental.

A Constituição estabeleceu o direito de livre criação de partidos políticos (art. 17). Não exigiu lei para disciplinar diretamente essa criação. Aí o direito pleno. Ter caráter nacional, proibição de receber recursos do estrangeiro, prestação de contas à Justiça Eleitoral, funcionamento parlamentar de acordo com a lei são regras de funcionamento, não de criação dos partidos.

A lei, contudo, transformou-as em exigências para o registro do partido no Tribunal Superior Eleitoral, convertendo-se, assim, por uma espécie de torsão semântica, em lei sobre a criação dos partidos, em contraposição à liberdade constitucionalmente estabelecida.

Por isso, a ex-senadora teve que buscar abrigo em outro partido, jogada tida como brilhante. Seria, se ela fosse a cabeça de chapa. Mas Campos advertiu logo que não abrirá mão de sua candidatura à Presidência. E, se abrisse, não seria a favor da Marina, mas da Dilma, a quem sempre esteve ligado.

Com o apoio da Marina, Campos tem tudo a ganhar. Ela tem muito, ou tudo, a perder. Ela se inseriu num contexto partidário em posição secundária, uma inversão de planos em que a liderança mais importante se submete à menos significativa.

Se seus milhões de votos forem transferidos para Campos e ele se eleger, será irreversível. E o sonho presidencial da ex-senadora se esfumará. Não será melhor se ela se eleger para a vice-presidência. Vice-presidente só chega à Presidência

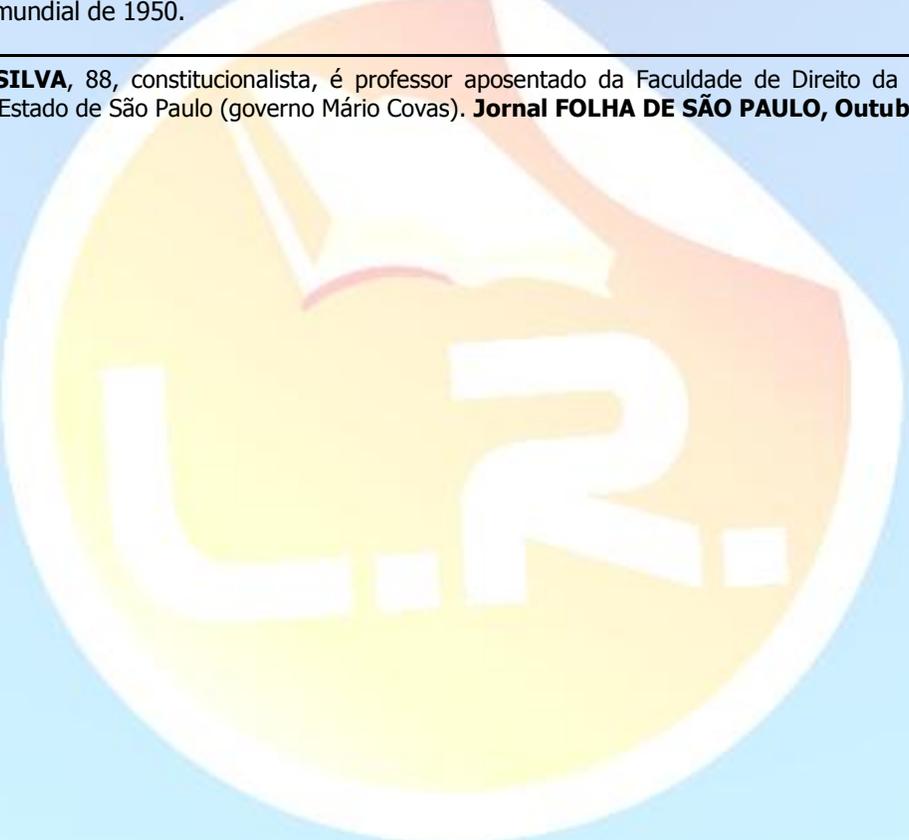
em sucessão, se o presidente deixar o cargo --caso de Floriano Peixoto, Delfim Moreira, Café Filho, João Goulart, Itamar Franco e José Sarney.

Significa que, se ela se eleger vice-presidente, seus sonhos presidenciais serão sepultados no Palácio Jaburu. A passividade ou mesmo a inutilidade do cargo torna passivo ou até inútil eleitoralmente seu ocupante. É uma pena a Marina, com seu potencial eleitoral, com suas propostas governamentais, perder-se numa situação dessa!

Dependendo de como a carruagem anda, a jogada pode ser boa para o Brasil, com uma possível vitória de Eduardo Campos, interrompendo o esquema PT/PSDB, ambos desgastados pelo mau exercício do poder. O problema é que Campos é ainda parte desse esquema, de sorte que a mudança efetiva estava numa possível eleição da Marina. O acordo frustrou a esperança que milhões vinham depositando nela.

No xadrez da política, as jogadas ousadas podem abrir a guarda para o xeque-mate do adversário. Nessa perspectiva, Marina fez uma jogada perigosa, senão um chute fora ou uma furada, que deixou a torcida tão embasbacada como a derrota do Brasil no mundial de 1950.

JOSÉ AFONSO DA SILVA, 88, constitucionalista, é professor aposentado da Faculdade de Direito da USP. Foi secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo (governo Mário Covas). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**



Lucas Rocha